Direito e Deveres Individuais e coletivos

Autor(res)

Cleidimar Silva Franca Rezende
Lorrainy Nunes Rodrigues

Categoria do Trabalho

1

Instituição

FACULDADE ANHANGUERA

Introdução

O artigo 5º determina o dever de direitos sociais e individuais, tendo em vista o inciso XLIV que caracteriza o crime de perturbação a ordem constitucional e ao estado democrático.

O trabalho vai ser apresentado com base em pesquisas, começando pelo Artigo 5º da Constituição Federal, com foco no Inciso XLIV e concluído com a importação da Constituição para sociedade.

Objetivo

O trabalho fala sobre o intuito da constituição proteger a democracia e às instituições que estão no Artigo 5º inciso XLIV. Analisando a evolução legislativa no Brasil em relação à proteção do Estado democrático de Direito, desde a promulgação da Constituição Federal de 1988 até a aprovação da Lei nº 14.197/2021, que tipifica crimes contra esse Estado. Ele destaca a importância dessa legislação.

Material e Métodos

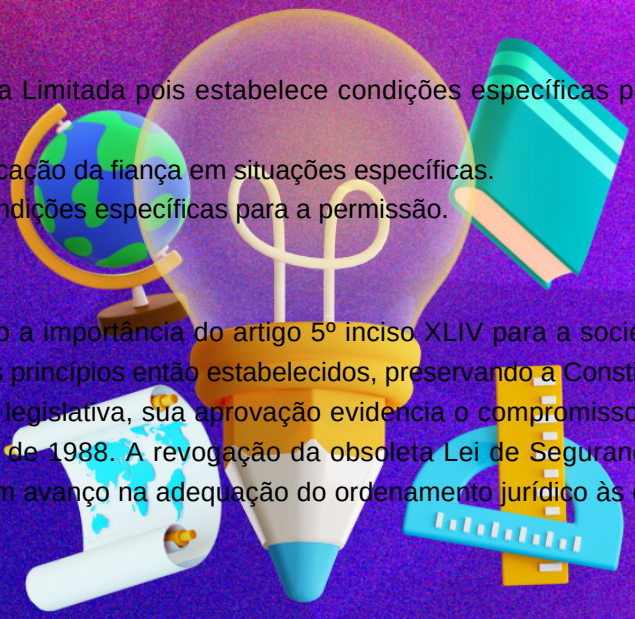
O estudo sobre o artigo 5°, inciso XLIV, a respeito da importância dos direitos e deveres individuais coletivos foi utilizado uma metodologia de pesquisa incluindo análise jurídica. Durante a pesquisa foi consultada a Lei n. 7.170 de 1998, com a finalidade de garantir o exercício dos direitos. O Artigo 5º da Constituição Federal do Brasil O artigo 5° trata de determinar o dever de direitos sociais e individuais, tendo em vista o inciso XLIV que caracteriza o crime de perturbação a ordem constitucional e ao estado democrático. Além disso é abordado o intuito de de proteger a democracia e às instituições democráticas.

Resultados e Discussão

A evolução legislativa protege o Estado democrático de Direito no Brasil, culminando na aprovação da Lei nº 14.197/2021, que tipifica crimes contra esse Estado. Além disso, ressalta a revogação da Lei de Segurança Nacional e a importância da nova lei em consonância com os princípios constitucionais, como irretroatividade da lei penal mais severa e retroatividade da mais benéfica.
A proteção à ordem constitucional e à democracia definem o inciso citado, ele protege ações de ameaça a democracia. É inafiançável retirando a possibilidade de pagamento de fiança pelo infrator para responder o processo em liberdade. Também a imprescritibilidade não permite que o crime sofra os efeitos do tempo, não

Anais da 3ª MOSTRA CIENTÍFICA DAS FACULDADES ANHANGUERA – BRASILIA – DF, 3ª edição, Brasília- DF, 2024. Anais [...]. Londrina, Editora Científica, 2024. ISBN 978-65-01-33529-2

podendo prescrever.
Sendo uma norma de eficácia Limitada pois estabelece condições específicas para a permissão de fiança em casos de crimes graves.
Essa limitação restringe a aplicação da fiança em situações específicas.
É Institutiva estabelecendo condições específicas para a permissão.



Conclusão

Diante do que foi visto é claro a importância do artigo 5º inciso XLIV para a sociedade, tendo a importância de todos o cidadãos zelar por tais princípios então estabelecidos, preservando a Constituição e a Democracia. Apesar das críticas quanto à demora legislativa, sua aprovação evidencia o compromisso com os valores democráticos consagrados na Constituição de 1988. A revogação da obsoleta Lei de Segurança Nacional e a introdução de novos tipos penais refletem um avanço na adequação do ordenamento jurídico às demandas contemporâneas da sociedade.

Referências

https://www.conjur.com.br/2021-set-08/moura-crimes-estado-direito-revogacao-lsn/.....

3ª MOSTRA CIENTÍFICA

Anhanguera

Anais da 3ª MOSTRA CIENTÍFICA DAS FACULDADES ANHANGUERA – BRASILIA – DF, 3ª edição, Brasília- DF, 2024. Anais [...]. Londrina, Editora Científica, 2024. ISBN 978-65-01-33529-2